

Testes: sim ou não?

In: "Pensar avaliação, melhorar a aprendizagem"/IIE
Lisboa: IIE, 1994

O papel tradicional dos testes, dada a sua associação a um ensino predominantemente expositivo, tem sido o de verificar se os alunos conseguem reproduzir com fidelidade aquilo que o professor expôs, de modo a que este atribua no final dos períodos uma classificação numérica e decida no final do ano da passagem ou da reprovação.

Isto tem continuado a ser feito nos últimos anos, quando a concepção do papel eminentemente formativo da avaliação já se havia divulgado, e muitos, seguindo mecanicamente aspectos da chamada pedagogia para a mestria, faziam uma distinção entre testes 'formativos' e testes 'sumativos'. Chegado o fim do período, poderá ainda haver a tendência para fazer a média dos testes 'sumativos' e atribuir a classificação correspondente. Os elementos recolhidos por outros meios que não os testes servem fundamentalmente para ajustar essa classificação nos casos de dúvida e para pouco mais.

Ora, o problema não está em usar ou não testes mas sim na forma de os utilizar. A utilização atrás descrita tem implícita uma concepção de avaliação reduzida a classificação e segue predominantemente uma abordagem normativa. Há aprendizagens e ocasiões em que isso se justifica mas, em geral, não é esse o caso na sala de aula.

Os testes são apenas um dos instrumentos de que os professores dispõem para recolher a evidência da aprendizagem dos seus alunos. Não é por poderem ter o seu resultado expresso numa escala numérica que devem ser usados. Além do mais porque, apesar de mais objectivos que muitos dos outros instrumentos, estão sempre afectados de um erro de medida.

Mais importante ainda do que este erro de medida é a articulação (ou falta dela) entre o currículo, o seu desenvolvimento e a avaliação. A utilização ou não de testes depende fundamentalmente das aprendizagens que se pretende que os alunos realizem e das tarefas que lhes são propostas para que isso se verifique. Devem usar-se testes se as aprendizagens podem ser evidenciadas dessa forma ou, preferivelmente, caso essa seja a melhor forma de proceder à avaliação dessas aprendizagens.

Em resumo:

- .os testes não são o instrumento privilegiado da avaliação dos alunos e,**
- .como todos os instrumentos de avaliação usados na sala de aula, a sua utilização só faz sentido se estiverem alinhados com o currículo, ou seja, com aquilo que se pretende que os alunos aprendam.**

Este aspecto da necessidade do alinhamento do currículo com a avaliação permite clarificar bem a noção de que os testes não podem ser o único meio de proceder à avaliação da aprendizagem, uma vez que o currículo dos ensinos básico e secundário, de acordo com as finalidades destes níveis de ensino tal como se encontram expressas na Lei de Bases do Sistema Educativo, inclui não só a aquisição de conhecimentos mas também o desenvolvimento de capacidades e a promoção de atitudes e valores.

Na decisão quanto ao uso ou não de testes devem, pois, seguir-se o que podemos designar, com Gronlund e Linn (1990), por **princípios gerais da avaliação**:

1. Especificar claramente o que vai ser avaliado, antes de escolher os instrumentos de avaliação.
2. Seleccionar uma técnica particular levando em conta a sua relevância para as características ou desempenho a avaliar.
3. Levar em conta que uma avaliação globalizante exige uma variedade de técnicas de avaliação.
4. Reconhecer as limitações de cada técnica de modo a fazer delas um uso adequado.
5. Ter sempre presente que a avaliação é um meio para um fim e não um fim em si.

Estes autores, apesar de se inscreverem num paradigma behaviorista, afirmam mesmo que

“[o]s testes e os outros procedimentos para medir a aprendizagem dos alunos não se destinam a substituir as observações e juízos informais dos professores. Antes pelo contrário, visam complementar e suplementar os métodos informais de obtenção de informação acerca dos alunos.”

(Gronlund e Linn, 1990, p.4)

TIPOS DE TESTES

Os testes de sala de aula de que temos vindo a falar são testes de papel e lápis. Como todos sabemos, podem ser construídos utilizando diferentes tipos de itens, fundamentalmente de resposta fechada e de resposta aberta. Nestas folhas dedicadas aos testes estaremos a referir-nos apenas a testes com itens de verdadeiro/falso, de escolha múltipla, de completamento e de resposta curta. Em relação a estes itens é sempre possível afirmar se uma resposta está correcta ou incorrecta; mesmo nos casos em que há produção de uma resposta e não apenas a sua selecção. Nestas condições, diz-se que um teste objectivo não tem intervalo de correcção, ou seja, não há situações intermédias entre uma resposta completamente correcta e uma completamente incorrecta.

O fundamental após ter decidido que um teste de papel e lápis é o instrumento mais adequado, é construí-lo correctamente e garantir as suas características de qualidade.

Para além dos testes de papel e lápis podemos usar também testes de desempenho, os quais exigem a realização concreta de uma tarefa. Trata-se de testes que são usados não só no ensino profissional, artístico e desportivo mas também, por exemplo, em disciplinas que tenham uma componente prática ou laboratorial. O

desempenho dos alunos neste caso pode ser avaliado através de um teste ou através da observação, pela utilização de uma lista de verificação.

USO DOS TESTES

Os testes são instrumentos que visam o **desempenho máximo** dos alunos e não o seu **comportamento típico** e que utilizam uma forma de questionamento directo, tendo o pressuposto de que os produtos da aprendizagem que avaliam são objectiváveis, visíveis e mensuráveis. Trata-se, portanto, do mais formal dos instrumentos de avaliação e deve apresentar as mesmas questões a todos os alunos, com o mesmo formato e as mesmas instruções e nas mesmas condições.

Esta clarificação do conceito de teste permite ver uma outra razão para a necessidade de utilizar outros instrumentos de avaliação. Uma vez que as aprendizagens que se pretende que os alunos façam dão cada vez maior importância aos processos, os testes não são o instrumento mais adequado e devem ser complementados e suplementados pelo uso de outros instrumentos de avaliação. Isto é muito claro, dado o relevo que se dá, por exemplo, à necessidade de desenvolver a capacidade de resolver problemas: para o fazer é necessário observar e inquirir os alunos durante o processo de resolução e para isso os testes não são suficientes.

Por outro lado, tem-se constatado que:

.os alunos com dificuldades de expressão podem apresentar melhores resultados quando lhes são aplicados testes objectivos, os quais permitem distinguir as aprendizagens concretas que se pretendem avaliar da capacidade de expressão escrita; e

.os alunos com facilidade de expressão escrita conseguem obter melhores resultados em questões de resposta livre mesmo não tendo realizado algumas das aprendizagens que se pretendem verificar.

Portanto, apesar das críticas dirigidas aos testes factuais ou objectivos, estes têm um papel positivo a desempenhar no processo de ensino-aprendizagem se, para além do que atrás se disse, for levado em conta que, como os outros instrumentos de avaliação, devem ter uma **utilização formativa**, constituindo

- . **oportunidades para os alunos demonstrarem aquilo que de facto sabem e são capazes de fazer,**
- . **ocasiões de aprendizagem,** pois devem ser educacionalmente relevantes, e
- . **elementos reguladores do processo de ensino-aprendizagem,** dando *feedback* tanto a alunos como a professores sobre a forma como este está a decorrer.

Citando Glaser:

“Para colocar os testes ao serviço da aprendizagem, devemos promover um ambiente em que os testes sejam medidas daquelas formas da competência humana que são essenciais à aprendizagem futura, em vez de serem meros índices do aproveitamento actual ou passado”

(Glaser, 1992)

SUGESTÃO DE ACTIVIDADE

Para uma unidade de ensino bem determinada, na qual se incluam, nomeadamente, as competências transversais a desenvolver, distinguir as aprendizagens passíveis de serem avaliadas por meio de testes das que não o sejam.

BIBLIOGRAFIA RECOMENDADA

Glaser, R. (1990). Toward new models for assessment. *International Journal of Educational Research*, 14(5), 475-483.

Gronlund, N. e Linn, R. (1990). *Measurement and evaluation in teaching* (6th ed.). New York: Macmillan Publishing Company.

Lemos, V. (1986). *O critério do sucesso*. Lisboa: Texto Editora

Sumner, R. (1987). *The role of testing in schools*. Windsor: NFER-Nelson.

Walberg, J. H. e Haertel, G. (Orgs.), (1990). *The international encyclopedia of educational evaluation*. Oxford: Pergamon Press.

Coordenador do Projecto: Domingos Fernandes

Autores: José Manuel Conceição, Anabela Neves, Cristina Campos, Domingos Fernandes, Vitor Alaiz